

Ex-ministra diz que Haddad criará fundo com 10% das reservas

Por Daniel Rittner | De Brasília



Miriam, lembrando o PAC: "Queremos reeditar as parcerias bem sucedidas que tivemos com Estados e municípios".

A campanha do petista Fernando Haddad manterá, no segundo turno, o plano de criar um fundo com 10% das reservas internacionais para dar fôlego à infraestrutura no país. O objetivo é usar as "reservas excedentes" no financiamento de grandes obras.

Miriam Belchior, ex-ministra do Planejamento e coordenadora do setor no programa de governo, deixa claro que a eventual vitória de Haddad levaria a uma espécie de freio de arrumação em questões discutidas pela administração de Michel Temer. Ela descarta a privatização da Eletrobras e a venda, na atual conjuntura econômica, das participações acionárias de 49% mantidas pela Infraero nos aeroportos já concedidos. Também vê a necessidade de um pente-fino nos processos de renovação

antecipada das concessões de ferrovias, em troca de investimentos em expansão da malha, por entender que é preciso ter mais clareza sobre o valor das contrapartidas e garantir direito de passagem de um operador nos trilhos de outra empresa.

Em entrevista ao Valor, por telefone, a ex-ministra disse que o PT avalia positivamente a exigência de conteúdo nacional em alguns setores, como equipamentos para parques eólicos e vagões para projetos de mobilidade urbana. As questões de transporte público, por sinal, são uma prioridade. "Queremos reeditar as parcerias bem sucedidas que tivemos com Estados e municípios", afirmou Miriam, lembrando a experiência do PAC Mobilidade, lançado em 2012 e que previa recursos federais para projetos tocados por governadores e prefeitos. O foco são metrô, VLTs, BRTs. "O que for transporte de alta capacidade."

O programa de Haddad no setor, segundo ela, tem dois pontos como premissas básicas. Um é de que investimentos das estatais e do Orçamento Geral da União (OGU) devem ser excluídos das metas de resultado fiscal primário. Essa política foi, inclusive, chancelada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A outra premissa é alocar US\$ 38 bilhões das reservas, o

equivalente a 10% do total, para um fundo específico. "Às vezes as pessoas têm memória curta. Em 2003, quando o presidente Lula assumiu, o montante das nossas reservas internacionais era justamente de US\$ 38 bilhões. Elas aumentaram dez vezes. É por isso que, apesar do ambiente internacional, não precisamos recorrer ao FMI, como fez a Argentina."

Não seria algo mal interpretado pelo mercado? Não seria o caso de fazer um aceno tranquilizador de políticas menos heterodoxas? Miriam responde prontamente: "O maior aceno que podemos fazer é lembrar os 13 anos que passamos no governo. Não precisamos agora de uma carta ao povo brasileiro. A marca dos nossos governos é de política fiscal responsável, estabilidade da dívida bruta, relação tranquila com o mercado. Esse é o maior aceno que poderíamos ter feito. Esse é o nosso cartão de visitas."

A ex-ministra, que também presidiu a Caixa Econômica Federal, afirma que outros mecanismos de financiamento serão buscados, como o estímulo ao lançamento de debêntures e crédito de bancos internacionais.

Ela faz uma defesa, porém, de concessões que não tenham "mero interesse fiscalista" e nem se resumam a "gerir ativos". "Concessão tem que





incluir investimento para ampliar a infraestrutura", ressalta. Apesar dessa ressalva, novos leilões de rodovias não devem ter cláusulas obrigatórias de duplicação das pistas em cinco anos, como foi exigido no governo Dilma. Deve-se optar, segundo Miriam, por gatilhos de investimentos em trechos mais carregados.

A ex-ministra acha que o governo Temer "não deve fazer nada de afogadilho e de maneira açodada" em termos de novos leilões ou contratos. Isso vale, observa, para a licitação de mais 12 aeroportos em blocos regionais e para a renovação das concessões de ferrovias. "A questão central que estava na nossa proposta [no governo Dilma] era ter clareza sobre a vantagem de estender o contrato. Não dá para fazer a renovação sem essa garantia", frisa Miriam.

A venda das fatias acionárias de 49% da Infraero em cinco aeroportos - Guarulhos, Galeão, Brasília, Viracopos e Confins - deve ser interrompida. "O momento econômico é desfavorável para isso. E fizemos o mais difícil, que foram os aportes nas concessionárias. Quando começamos a ter retorno, a ter lucro, vende-se a participação?", ela questiona.

Miriam também cita a contratação de duas milhões de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, no ciclo 2019-2022, entre as prioridades máximas.

Bolsonaro prevê R\$ 100 bi para ‘super Bolsa Família’ e vagas em creches

Programa aponta que fim do abono salarial e corte em incentivos tributários seriam fontes de recursos

Julio Wiziack e
Mariana Carneiro

A equipe de Jair Bolsonaro (PSL) prepara duas propostas de grande porte na área social que serão financiadas com o cancelamento de cerca de R\$ 68 bilhões em benefícios hoje direcionados a trabalhadores e empresários.

Os dois novos programas custarão quase R\$ 100 bilhões por ano ao governo.

Se o candidato for eleito, a ideia é ampliar o Bolsa Família criando uma dimensão “super” ao programa que virou a grande marca da era petista.

A outra proposta prevê a universalização de creches para bebês e crianças de até 3 anos de idade.

Ambas as iniciativas acenam para famílias com renda domiciliar per capita de até um salmo mínimo, especialmente do Norte e do Nordeste, e preserva o acesso de mulheres ao mercado de trabalho.

São os eleitores mulheres e de grupos mais pobres os que apresentam maior resistência à candidatura do capitão reformado do Exército.

Para implementar esses programas, os assessores de Bolsonaro planejam acabar com o abono salarial e incorporar esses recursos — R\$ 19 bilhões, em 2019— e cancelar incentivos tributários para empresas no montante de R\$ 49 bilhões por ano.

Os outros R\$ 30 bilhões sairão do Orçamento da União á destinado ao Bolsa Família — que seria ampliado e ganharia outro nome.

Hoje, o programa atende a cerca de 47 milhões de brasileiros, 21% da população, principalmente em

estados do Nordeste, onde Bolsonaro perdeu para Fernando Haddad (PT) no primeiro turno da eleição presidencial.

Ainda sem nome, o ‘super Bolsa Família’ de Bolsonaro foi desenhado por Sergei Soares, ex-presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) e mestre em economia pela UnB (Universidade de Brasília).

A ideia, segundo Soares, é rever os diversos benefícios sociais hoje pagos pela União e unificá-los, como foi feito no passado com a criação do Bolsa Família.

“Hoje é uma colcha de retalhos”, disse. “Há sobreposições [de programas], sem articulação”, afirmou Soares.

O especialista disse que recebeu de Paulo Guedes, assessor econômico de Jair Bolsonaro, a orientação para racionalizar os gastos, aproveitando o que já existe para criar um novo “marco de





proteção social”.

A ideia é ter padronização de regras.

Inicialmente, a proposta de Soares previa a unificação de cinco benefícios.

Além do Bolsa Família e do abono salarial, ele pretendia incorporar o salário-família, as deduções de Imposto de Renda, e o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

No entanto, a legislação em vigor não permite a eliminação dos três últimos programas. Com isso, a equipe optou pelo formato mais enxuto.

Pela proposta, os beneficiários que deixarem de receber o abono salarial serão incorporados ao novo programa.

A principal mudança é garantir que os beneficiários do super Bolsa Família possam continuar recebendo até 75% dos recursos caso consigam emprego.

Atualmente, quem consegue um emprego com carteira assinada perde direito ao benefício, o que, segundo críticos, estimula a

dependência dos cadastrados à ajuda do governo federal.

Em outra frente, está o programa que prevê a universalização de creches em período integral para crianças que vivem em lares com renda domiciliar per capita de até um salário mínimo por mês.

A previsão é que esse processo ocorra em três etapas, começando com famílias que vivem com renda mensal domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo.

O público-alvo será identificado a partir do cadastro único do Bolsa Família.

O projeto prevê creches públicas e também o credenciamento de escolas mantidas por entidades não governamentais, como igrejas e associações civis.

O cadastramento, neste caso, será feito pelas prefeituras.

O PNE (Plano Nacional de Educação) tem como meta atender 50% das crianças com essa idade até 2024, com recursos da União, dos estados e dos municípios.

Hoje, 26% das crianças de baixa renda são atendidas.

Embora haja demanda pelo atendimento público, o PNE não prevê a cobertura de 100% das crianças, uma vez que o ensino nesta idade não é obrigatório e muitos pais optam por manter o cuidado em casa.

A obrigatoriedade só começa aos 4 anos.

A ideia da equipe de Bolsonaro é centralizar na União a condução dessa política, que pretende dar assistência às 2,6 milhões de mulheres que precisam trabalhar e não têm com quem deixar os filhos.

No Nordeste, elas chefiam quase 1 milhão de lares. No Norte, são cerca de 300 mil.

“Essa política tem o potencial de melhorar significativamente a condição das mulheres de mais baixa renda no Brasil, permitindo melhores condições também no mercado de trabalho”, diz a proposta a que a Folha teve acesso.

Seus aliados afirmam que a política também ajudaria a reduzir a diferença salarial entre homens e mulheres. Bolsonaro vem sendo criticado, na campanha eleitoral, por não apresentar respostas ao problema.





O investimento anual para levar o plano de creches em tempo integral adiante varia de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil por criança — o que corresponderia a um custo de manutenção de R\$ 29 bilhões a R\$ 49 bilhões por ano.

Os recursos, ainda segundo a proposta, serão levantados com o cancelamento de até 20% dos benefícios tributários concedidos a empresas.

“O novo governo visa os indivíduos e menos os incentivos para empresas”, diz a proposta.

“Diversos estudos mostram a ineficácia desses programas de incentivos. O governo federal vai construir um mapa de quais dessas

políticas devem ser suspensas.”

O plano, porém, é de difícil execução.

Quando Michel Temer assumiu a Presidência, o Ministério da Fazenda fez uma avaliação de cerca de 300 incentivos fiscais em vigor que, caso fossem cancelados ou modificados, poderiam gerar economia de cerca de R\$ 15 bilhões.

A ideia acabou revista porque a equipe econômica não conseguiu convencer o Congresso a derrubar as leis que criaram esses incentivos.

A opção que restou foi cancelar programas que iam vencendo. Mesmo assim, houve resistência.



De onde virá o dinheiro

R\$ 19 bi

em 2019 serão destinados ao programa do 'super Bolsa Família' e de universalização do acesso às creches no país com o fim do abono salarial

R\$ 49 bi

anuais serão incorporados ao programa por meio do cancelamento de incentivos tributários para empresas

R\$ 30 bi

por ano sairão do Orçamento da União e já são destinados atualmente ao Bolsa Família, que ganhará outro nome no eventual governo Bolsonaro





Um plano de R\$ 100 bilhões

CRECHES

Objetivo Universalizar o acesso para manter crianças de até três anos em período integral para que as mães possam trabalhar

Quanto vai custar

Entre R\$ 29 bilhões e R\$ 49 bilhões

De onde sairá o dinheiro Com o cancelamento de até 20% de incentivos fiscais concedidos a empresas

Cobertura do programa Inicialmente, 6 milhões de crianças de até três anos em famílias com renda per capita de até um salário mínimo; hoje só 21% delas estão em creches

BOLSA FAMÍLIA

Objetivo Ampliar o programa, permitindo que os cadastrados recebam 75% do benefício mesmo se conseguirem trabalho

Quanto vai custar

R\$ 49 bilhões

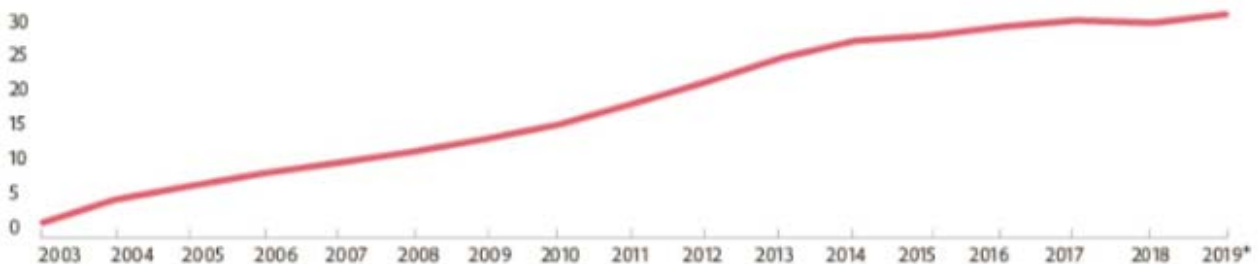
De onde sairá o dinheiro

Do Orçamento. Serão R\$ 30 bi já previstos para o programa atual e R\$ 19 bi do abono salarial, programa que será cancelado

Cobertura do programa Cerca de 70 milhões de beneficiários. O "Super Bolsa Família" contará com os atuais 47 milhões e mais cerca de 23,5 milhões que recebem o abono salarial

Evolução dos gastos com o Bolsa Família

Valores (em R\$ bilhões)



Fonte: MDS *previsão

A contenção necessária

O crescimento dos gastos com servidores públicos tem sido bem mais rápido do que o do total do Orçamento da União, do qual, por isso, a folha de pessoal vem consumindo fatias cada vez maiores. Se não for contido de maneira duradoura – por meio da reestruturação de carreiras e mudanças de regras de correção de vencimentos –, o aumento das despesas com o funcionalismo poderá comprometer programas essenciais para a população e para a sustentação da atividade econômica.

Aumentos reais generosos para integrantes de diversas carreiras, sobretudo as mais organizadas; a obrigatoriedade legal de correção anual dos vencimentos, equivocadamente interpretada como necessidade de concessão de aumento real; contratações de servidores; e o aumento das despesas com inativos estão entre as causas principais desse crescimento.

A evolução da folha de pessoal vem preocupando técnicos da área econômica do governo porque, para o cumprimento do teto para a evolução dos gastos públicos, todo aumento para o funcionalismo que exceda a inflação terá de ser compensado por aumento de receita ou por corte das despesas consideradas discricionárias, que incluem os investimentos.

Esses aumentos podem comprometer a qualidade do serviço público ou a execução de planos do governo, inclusive do próximo. Uma forma de evitar que se chegue a essa situação é a reestruturação do serviço público, com a redução de 309 para cerca de 20 carreiras, o que pode reduzir a disputa entre elas, que sempre resulta em ônus adicional para o contribuinte.

Uma projeto contendo essa e outras medidas de racionalização na área do funcionalismo federal está sendo concluído pelo governo Michel Temer para ser apresentado à equipe do futuro presidente. Outro ponto a ser sugerido é a limitação do salário inicial em R\$ 5 mil para todas as carreiras. Hoje, há carreiras cujo salário inicial é de R\$ 18 mil, mas o de fim de carreira é pouco superior a R\$ 20 mil.

Em geral essa remuneração é alcançada por tempo de serviço em poucos anos, o que desestimula o aperfeiçoamento profissional. Outra forma de evitar o crescimento acelerado das despesas com o funcionalismo é a criação de um sistema, atualmente em desenvolvimento pelo governo em parceria com a Universidade de Brasília, que permite compatibilizar a necessidade de servidores com a demanda de serviços prestados à população, permitindo aferir onde há falta e onde há excesso de pessoal.

Quaisquer que sejam as formas, é preciso que elas sejam adotadas com presteza para evitar que o crescimento dos gastos com o funcionalismo inviabilize outras ações do governo. Os números mostram a urgência dessas medidas. Entre 2008 e 2017, os gastos do Ministério da Educação (MEC) com seu quadro de pessoal, por exemplo, cresceram 240,8%, o triplo da inflação do período, de cerca de 80%, como mostrou reportagem do Estado.

Por isso, a despesa com pessoal passou de 52,7% para 56,2% do orçamento da pasta entre 2008 e 2017. Reajustes salariais acima da inflação, criação de universidades federais de acordo com interesses políticos eleitorais dos governos lulopetistas que dominaram a maior parte do período considerado e aumento das vagas nas universidades existentes estão entre os fatores determinantes do aumento do custo do pessoal do MEC.

Gastos com pessoal de outros Ministérios e de outros Poderes apresentam evolução semelhante. No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a folha de pessoal teve alta nominal de 263,8%, ainda maior que a da folha do MEC, razão pela qual seu peso no orçamento da pasta passou de 22,5% para 46,4%. No Legislativo e em alguns órgãos do Judiciário, os gastos com o funcionalismo já ultrapassam 80% do orçamento.

No Supremo Tribunal Federal, a parcela da folha de pessoal correspondia a 56,9% do orçamento em 2008 e passou para 67,6% em 2017. Deve crescer bem mais em 2019, pois os ministros da Corte incluíram no orçamento o aumento de 16,38% nos próprios salários.

ANDREZA MATAIS E MARCELO
DE MORAIS

» **Salgado.** Petistas graúdos dizem que, para apoiar Haddad, o PDT, de Ciro Gomes, pediu a Casa Civil, o Ministério do Planejamento, o comando do BNB, um ministério para Carlos Lupi, além da presidência do Senado para Cid Gomes. Deve levar só dois cargos.